

## Reforma universitária

Carlos Taquari e Leandro Rodrigues

### Reforma deve buscar rigor e qualidade, alerta Tarso - Objetivo do governo é que a universidade esteja integrada a um amplo projeto nacional de desenvolvimento econômico e social



A reforma da universidade brasileira não é uma exigência apenas de ordem acadêmica e não diz respeito apenas aos interesses de estudantes, professores e funcionários que integram a nossa universidade. A universidade brasileira, enquanto totalidade, está defasada em relação às grandes necessidades do país para a construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento. O que é esse novo projeto nacional de desenvolvimento? É o trabalho artesanal, político, econômico, o trabalho sofisticado que toda a sociedade brasileira tem que fazer para que transitemos para um modelo econômico de inclusão social, de altas taxas de crescimento, de agregação de valores de nossos produtos e de criação de condições para que tenhamos centros de pesquisa, de extensão e de produção científica e tecnológica altamente gabaritados para que o Brasil exerça plenamente a sua soberania. A opinião é do ministro da Educação, Tarso Genro, que pediu a participação de todos os setores da sociedade na formulação da proposta de reforma universitária que o governo pretende encaminhar este ano ao Congresso. O ministro falou sobre o assunto em entrevista à *Ensino Superior* e também durante teleconferência sobre a reforma, organizada pelo MEC e transmitida via internet.

#### Quais são os objetivos principais que o governo espera alcançar com a reforma universitária?

Primeiro, nós queremos um refinanciamento da universidade pública que está com extrema dificuldade porque nos últimos 30 anos não foi dada a devida atenção para essa questão. Segundo, transformar a universidade pública numa referência fundamental para o sistema de ensino superior, ampliando o acesso e sua força na sociedade. Terceiro, estabelecer uma nova regulação entre o sistema público e privado, de tal forma que todo o sistema opere em função do interesse público.

#### Quais as distorções que o governo espera corrigir com a reforma?

A primeira é a distorção do acesso, já que é muito restrita à universidade pública; a distorção mercantil de uma boa parte do sistema privado; e a distorção da qualidade, que é muito desigual em todo o país. Então, são três pontos que a reforma pretende corrigir.

#### Quais são as linhas básicas da avaliação para o ensino médio e fundamental?

Queremos uma avaliação completa, não apenas dos professores e dos alunos, mas também uma avaliação do que a comunidade pensa da escola, por meio de um processo de pesquisa. Ao mesmo tempo, esse trabalho faz parte de uma política que visa transformar o ano que vem num ano da qualidade do ensino básico, com ênfase no ensino fundamental.

#### Uma das saídas para a demanda universitária das classes C e D não seria a maior promoção dos cursos de curta duração, seqüenciais e tecnológicos, em dois anos, por exemplo?

Sim, mas não sabemos ainda qual vai ser a periodicidade. Tanto é verdade que a secretaria de Ensino Técnico e Tecnológico passou a se formar agora com outras funções, incluindo a de ensino técnico e tecnológico, de formação profissional. Nós já estamos nos reunindo com empresários de vários setores, com o objetivo de trabalhar na questão do ensino profissional.

#### Como o senhor vê a inclusão do ensino na relação dos serviços comerciais regulamentados pela Organização Mundial do Comércio (OMC)?

Estamos estudando ainda esse assunto. A nossa visão preliminar é que a forma como está sendo apresentada a questão visa apenas transformar a educação numa mercadoria mundial, o que substitui o sistema de ensino originário de cada país. Portanto, trata-se de uma questão que envolve também a soberania.

A seguir, os trechos do pronunciamento do ministro na teleconferência do MEC:

#### Combate às desigualdades

Sem uma universidade forte, sem uma universidade qualificada, sobretudo sem uma universidade pública que seja abrangente e unifique nacionalmente o nosso país, que tenha largas portas de acesso, que traga para dentro de si as amplas camadas populares e que tenha um rigor, uma qualidade acadêmica extraordinária, o Brasil não vai conseguir avançar. A reforma da universidade é, na verdade, um momento de construção de um novo país. De construção de um novo modelo de desenvolvimento, de construção de um país mais coeso socialmente, que reduza as suas brutais desigualdades sociais, que coloque no centro da elaboração desse projeto o mundo do trabalho e o mundo da produção. É por aí que vamos construir o Brasil dos nossos sonhos, o Brasil que desperta as nossas esperanças. A reforma da universidade é um passo a ser dado nesse sentido. Com ela, queremos começar a resolver grandes questões, como os marcos regulatórios que devem subordinar as instituições privadas ao interesse público. Isso, a reforma da universidade tem que resolver.

#### Sucateamento

A universidade brasileira pública está sucateada. Grande parte das universidades privadas também não se encontra em boas condições, principalmente as que cumprem com as suas finalidades sociais. Essa universidade estatal pública que tem de ser um marco, que tem de ser gratuita e, por assim dizer, a fonte inspiradora do ensino superior, é o alvo dessa reforma. Como também colocar todo o sistema privado do ensino superior na orientação do interesse público. Portanto, a discussão da reforma da universidade diz respeito ao futuro dos nossos filhos, ao futuro do país e também à possibilidade de construirmos um novo país, socialmente justo, integrado politicamente, profundamente federativo e, sobretudo, um país generoso. Que acabe com as misérias, as desigualdades, as exclusões que estamos acostumados a ver e a sentir ao longo da nossa existência.

#### Participação da sociedade

Nenhuma grande mudança positiva ocorre na sociedade se não existir uma pressão de fora para dentro. Não só porque o Estado e, particularmente o brasileiro, está submetido a uma lógica infernal do capital financeiro em escala global, como também porque a própria recuperação só pode ser realizada com uma pressão social. O público estatal não se recupera por si mesmo, até por questões corporativistas é natural que seja assim. A sociedade tem que se mobilizar, a discussão da reforma é estratégica, conceitual para o futuro do país, e se a sociedade não participar dela, se a UNE, por exemplo, não tiver uma voz ativa e não fizer uma pressão conseqüente e qualificada, a reforma também não se realiza.

## **Elaboração democrática**

Nós temos hoje centenas de propostas para a reforma universitária. O que precisamos fazer é não apenas transformar as discussões em propostas concretas, como também somar a essas propostas todos os grupos sociais interessados na reforma. Mais do que isso: se apresentarmos uma reforma burocrática, ela não terá a capacidade, por melhor que seja, de criar uma hegemonia social e política capaz de fazê-la transitar no Congresso, de modo a se transformar num programa de trabalho por meio de uma lei orgânica de reforma do ensino superior. O que estamos fazendo é precisamente criar esse movimento de fora para dentro para que a elaboração seja democrática. Ela não vai ser unânime, mas será uma proposta majoritária, hegemônica, com base em alguns parâmetros dos quais o governo não abre mão. Que ela seja a afirmação do público como referência estrutural, amplie as portas de acesso, crie um sistema de financiamento eficaz e não contingenciado, com o funcionamento da universidade pública, que permita um controle social da universidade. Controle social não quer dizer ferir a autonomia universitária, mas criar uma relação de diálogo entre a sociedade e a universidade.

## **Mercado e ensino**

Quanto à questão das universidades particulares, a nossa intenção não é de fechá-las nem estatizá-las. Não se trata disso. Trata-se de fazer com que elas cumpram a sua finalidade determinada pela Constituição, ou seja, a de estarem imbuídas da função de prestar um serviço público de alta relevância e grande interesse para o conjunto da sociedade. Nós não vamos fechar as universidades privadas, mas qualificá-las. Se tivermos de fechar alguma, será porque é péssima. Mas isso será em decorrência normal a um processo de avaliação. Nós queremos que essa rede privada seja qualificada, se integre ao sistema público global e tenha como padrão de referência a alta qualidade que deve vir da universidade pública. O que não podemos permitir é que o mercado comande a Educação. Isso não vai ocorrer. Até agora, nesses últimos 30 anos, foi isso que ocorreu. Uma proliferação absolutamente irresponsável de escolas superiores do setor privado, em busca de dinheiro. Isso não quer dizer que não haja boas instituições privadas, muitas delas cumprem com as suas finalidades, estão negociando conosco, vão trabalhar conosco e vão se integrar nessa visão do público. Agora, essa orgia de formação de cursos vai terminar.

## **Particulares**

A questão da universidade privada. Nós vamos proibir que sejam abertas? Não, não se trata de proibir. Estaríamos violando uma norma constitucional. O que precisamos é regular essa relação de interesse público de tal forma que as escolas pagas sejam levadas a investir não somente na sua qualificação e que tenham um determinado percentual de oferta de vagas permanente para os setores da população que não dispõem de recursos, mas também que possam se expandir de uma maneira qualificada, não apenas como um negócio, como um acidente de mercado ou uma determinação do desejo do lucro.

## **Reversão do quadro**

Sem querer atacar os governos anteriores, houve um verdadeiro abuso nos últimos 30 anos. A universidade estatal ficou praticamente congelada, ou cresceu muito pouco, e a universidade privada hoje ocupa 77% das vagas. Estamos buscando mediações para isso. A primeira delas é uma política pública imediata que vai ou não ser incorporada no futuro: um percentual dessas vagas privadas vai estar à disposição do Estado. Portanto, será um avanço do público sobre a estrutura privada. Um primeiro avanço, nos últimos 30 anos, para reverter o quadro atual do ensino superior brasileiro. O que me surpreende é que algumas mentalidades pequenininhas acham que isso é privatização do ensino. Privatização é o que ocorre agora. Nós estamos fazendo a inversão, transformando parte dessas vagas em cadeiras à disposição de alunos pobres, que vão estudar gratuitamente como se estivessem na universidade pública. Isso vai nos permitir também incidir sobre ela para melhorar a qualidade do ensino.

## **Autonomia**

A nossa intenção é que a reforma universitária traga autonomia para as universidades. A norma constitucional para autonomia que, na minha opinião, deveria ser uma norma aplicada imediatamente, se transformou praticamente numa norma programática. Uma série de mecanismos distorceu a possibilidade de sua aplicação, como a questão do financiamento da universidade. É possível pensar em verdadeira autonomia da universidade, enquanto sucessivamente todos os governos, por algumas razões até justificáveis, não levam à universidade os recursos necessários para o exercício pleno da autonomia? Não, o que faz da autonomia uma norma programática. Na minha opinião, resolvemos a questão por meio de um fundo, o que estamos propondo para ser discutido. Ou seja, um fundo de financiamento da universidade que não seja contingenciado, que permita o repasse direto de recurso, sob o controle do Estado, para que a própria universidade possa programar os seus gastos.

## **Ideal impossível**

O ideal é que toda a oferta de ensino superior seja gratuita. Esse ideal não é possível de ser atingido, pelo menos num curto horizonte. Nós temos de saber combinar os dois sistemas, o público e o privado. Nessa combinação, o que tem de ficar claro é a predominância da universidade pública como referencial, não só do ponto de vista da qualidade, mas, também, da possibilidade, por meio de um novo sistema de financiamento, de a universidade pública alargar a sua presença no território nacional. Em vastas regiões do país, não temos oferta de ensino superior, nem público nem privado. Na minha opinião, deve-se ter uma norma programática, orientadora, que determine a expansão do sistema público, predominantemente para as regiões onde não se tenha nem universidades públicas nem privadas. E os recursos que forem utilizados nas universidades existentes serão para qualificá-las, para ampliar o acesso, para ter cursos noturnos, para pagar melhor os professores, os funcionários e assim por diante. Mas reforço: na minha opinião, a expansão da universidade pública deve ser na direção de onde não há oferta de ensino.

## **Filantrópicas**

Na minha opinião, as filantrópicas não devem habitar o mesmo espaço que as demais. Uma empresa de ensino visa lucro, pode prestar bom serviço, ser uma boa instituição de ensino, visando ao lucro. Isso depende da própria direção da fiscalização que o MEC deve implantar. Uma universidade efetivamente filantrópica tem uma diferença fundamental em relação à estatal pública: os alunos são obrigados a pagar para que ela exista, não para que ela acumule. O que ocorre: uma boa parte dessas chamadas filantrópicas, na verdade, são empresas disfarçadas. Não cumprem com suas finalidades públicas. Isso vai terminar porque vamos ter mecanismos pesados de controle. A instituição verdadeiramente filantrópica, e não uma empresa disfarçada, pode ficar tranquila porque vamos trabalhar juntos. Agora, quanto às disfarçadas, nós vamos infernizar a sua vida. Inclusive no limite de fechá-las, uma vez que pervertem a função pública que lhes é dada pelo MEC. No caso das comunitárias, embora permaneçam privadas e filantrópicas no sentido jurídico, a idéia é que se integrem à pesquisa a partir da ótica do público.

## **Vagas a baixo custo**

Vamos observar atentamente o funcionamento do programa Universidade para Todos. Com base nessa observação, nós vamos aperfeiçoá-lo. Temos a convicção de que é um programa positivo, que abre vagas e permite aos pobres que entrem na universidade. Depois faremos os ajustes e aperfeiçoamentos que certamente, pela aplicação da norma, vão ser exigidos. Isso não é compra de vaga, mas desapropriação de vaga a baixo custo ou a custo zero, em função da mudança da norma, que transforma gratuidade em vaga.